



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 043**

**Qualificados e Subempregados – uma análise da inserção
ocupacional dos trabalhadores com educação superior no Brasil**

**Pamella Kamiya Alves
Sandro Eduardo Monsueto**

**NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Novembro de 2014**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG



Qualificados e Subempregados – uma análise da inserção ocupacional dos trabalhadores com educação superior no Brasil

Pamella Kamiya Alves¹
Filiação Institucional do primeiro autor

Sandro Eduardo Monsueto²
NEPEC/FACE/UFG

RESUMO

Este artigo analisa a demanda por trabalhadores com educação superior nas regiões metropolitanas brasileiras nos anos de 2002 e 2012. Os resultados deste estudo mostram que a demanda por mão de obra mais qualificada tem aumentado nos últimos anos e que, apesar deste fato, não é possível afirmar que estes indivíduos estão sendo empregados em ocupações correspondentes com seu grau de escolaridade. Deste modo, observa-se uma incompatibilidade entre qualificação técnica requerida e observada no mercado de trabalho brasileiro. Para visualizar estes dados, é aplicado um modelo Probit com viés de seleção, o qual apresenta a probabilidade de um trabalhador estar em uma situação de subemprego. Em geral, se verifica que este problema atinge mais as mulheres, indivíduos não brancos e aqueles não sindicalizados. Além disso, tem-se que trabalhadores com entrada precoce no mercado de trabalho também são penalizados com esta situação, por se acreditar que estes investem menos em educação que aqueles que entram neste mercado com maior idade.

Palavras Chaves: Subemprego, Brasil, mão de obra qualificada, ensino superior

ABSTRACT

This article make an analysis of the demand for workers with higher education in Brazilian metropolitan regions. The results of this study show that the demand for more skilled labor has increased in recent years and that despite this information we can not say that these individuals are being employed in occupations compatible with their schooling. Thus, there is a mismatch between the technical qualifications required and observed. To view this data was applied a model Probit with selection bias, which shows the probability of a worker being in a situation of underemployment. In general, it appears that this problem affects more women, non-white individuals and those not unionized. Moreover, it has been that workers with early entry into the labor market are penalized with this situation, because it is believed that they invest less in education than those who enter this market with greater age.

Keywords: underemployment, Brazil, skilled labor, higher education

JEL: J240, J230

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela FACE/UFG.

² Professor do Curso de Ciências Econômicas da FACE/UFG. monsueto@ufg.br

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de noventa, o mercado de trabalho tem passado por transformações importantes com relação a sua estrutura, tanto do lado da oferta como do lado da demanda por trabalhadores. Do lado da oferta de trabalhadores, destaca-se o crescente acesso ao ensino fundamental nos anos 90, a menor evasão escolar e a maior cobertura da rede de ensino, que tem possibilitado um maior fluxo no ensino fundamental e médio e, então, aumento da demanda pelo ensino superior no país (Castro, et al., 2006). Isso indica uma maior disponibilidade de mão de obra super qualificada em termos de anos formais de estudo, o que, em teoria, deveria ser revertido em maior estoque de capital humano e produtividade (Borjas, 2012).

Do lado da demanda, o processo de abertura comercial iniciada nos anos noventa e uma economia estável contribuíram para o aumento do grau de concorrência, mesmo entre setores não diretamente sujeitos ao comércio internacional. Isso exigiu profundas mudanças tecnológicas e uma maior necessidade de mão de obra com qualificação mais elevada. Entretanto, apesar do aumento da demanda por uma mão de obra mais qualificada por parte dos setores econômicos, tal aumento não parece ter sido suficiente para suprir, de forma adequada, o aumento da oferta.

Existem evidências de que esta mão de obra com maior nível de escolaridade formal está sendo demandada também por segmentos ocupacionais com necessidades técnicas inferiores, ou seja, que poderiam atuar normalmente com trabalhadores de escolaridade mais baixa. Isso significa que, ao contrário do esperado pela teoria do capital humano, a produtividade destes setores pode não aumentar de forma significativa, dado que a qualificação passa a ser subutilizada. Além disso, para os indivíduos com nível superior de educação, em especial os com diploma universitário, uma ocupação abaixo de sua qualificação pode representar salários mais baixos do que o esperado, além de frustração profissional. Desta forma, tais indivíduos têm oferecido sua mão de obra em setores em que as necessidades de qualificação são essencialmente menores e, diante disto, estes setores tem exigido mais trabalhadores de nível superior completo. Segmentos ocupacionais que tradicionalmente absorviam grupos educacionais medianos começaram a substituir sua mão de obra por trabalhadores com qualificação superior, produzindo uma incompatibilidade entre a qualificação necessária para a execução de determinada função e o grau de escolaridade da mão de obra efetivamente contratada (Monsueto, 2006).

Assim, a combinação de desemprego e busca por qualificação parecer gerar uma incompatibilidade entre ocupação e escolaridade, no sentido de que os trabalhadores não tem sido empregados de acordo com sua capacidade escolar. De acordo com Lima e Abdal (2007)

o aumento da proporção de ocupados de nível superior no mercado de trabalho estaria associado a dois fenômenos. O primeiro se refere ao processo de modernização tecnológica de determinados ramos de atividade se relacionando à manutenção/ampliação da competitividade das empresas em contexto de abertura da economia nacional e reestruturação produtiva. O segundo diz respeito à tendência de sobre qualificação da força de trabalho em alguns setores, ou seja, uma tendência em que o aumento da qualificação na força de trabalho não está associado à qualificação requerida em determinados postos de trabalho. Desta forma, pessoas com nível superior estariam inseridas em atividades que não demandariam, de fato, tal qualificação.

Em síntese, existem indícios de um subemprego da mão de obra super qualificada no Brasil nos anos recentes, sendo que o objetivo principal deste trabalho está em analisar sua evolução e seus determinantes para as regiões metropolitanas, considerando os indivíduos com formação universitária. Para tanto, serão utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) implementada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2002 e 2012.

Os resultados deste trabalho serão obtidos por meio de um modelo *Probit* com viés de seleção, utilizando como amostra indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) com idade entre 20 e 65 anos e com 15 anos ou mais de estudo formal para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo. Para chegar ao objetivo proposto, este trabalho está dividido em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção apresenta uma discussão sobre a demanda por qualificação no Brasil e também sobre a inserção ocupacional dos mais escolarizados em profissões incompatíveis com esta qualificação. Em seguida, é sintetizada a metodologia e a base de dados usada na análise. Os resultados são discutidos na quarta seção enquanto as considerações finais encerram o artigo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção apresenta uma breve revisão da literatura empírica sobre o uso da mão de obra qualificada no mercado de trabalho brasileiro. Em primeiro lugar, são apresentadas evidências de um aumento da demanda por mão de obra mais qualificada no Brasil, fomentada principalmente pelo aumento da intensidade tecnológica e da concorrência, motivadas pelo processo de abertura comercial nos anos noventa. Apesar disso, a segunda parte da revisão da literatura mostra que este aumento da demanda não significa necessariamente um aumento de produtividade no uso de tal mão de obra.

2.1. Demanda por qualificação no Brasil

Análises sobre a capacidade do mercado de trabalho brasileiro em gerar novos postos de emprego não são raras. Lima e Abdal (2007), Sousa (2010), Remy et al. (2011), DIEESE (2012) são exemplos de estudos empíricos sobre a evolução do mercado nacional, tanto no setor formal como no segmento informal da economia. Especificamente, sobre a geração de postos de trabalho para indivíduos com mais alta qualificação, também são possíveis destacar alguns estudos que discutem, dentre outros elementos, a incidência e a duração de períodos de desemprego e o papel desta maior qualificação sobre a remuneração.

Reis e Machado (2013), por exemplo, objetivando investigar como os rendimentos variam dependendo da área de formação, verificam que de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, trabalhadores com pelo menos o ensino superior completo representam cerca de 15% dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro. O artigo afirma que este grupo tem características bastante distintas do restante do mercado de trabalho. Como resultado do nível de qualificação mais elevado e dos altos retornos à escolaridade no Brasil, indivíduos com formação superior recebem rendimentos três vezes maiores em comparação aos que possuem níveis mais baixos de escolaridade.

Também analisando a questão de emprego e da renda no Brasil, Menezes-Filho (2001) mostra que aqueles que possuem mais anos de estudo têm maiores rendimentos no mercado de trabalho, em relação àqueles que apresentam menor nível de escolaridade ou nenhuma. O autor ressalta que os indivíduos mais qualificados ainda possuem ganhos salariais significativos em relação aos analfabetos e que o aumento na sua proporção trouxe ganhos de produtividade para a economia brasileira. Apesar deste dado, o artigo verifica que os retornos à educação declinaram significativamente entre 1977 e 1997 para todos os anos de estudo, principalmente para aqueles entre 6 e 11 anos de estudo, ou seja, até o ensino médio completo.

Não apenas a questão da remuneração tem sido levada em conta pelos autores que analisam o papel da qualificação no mercado de trabalho brasileiro. Menezes-Filho (2001), com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1977 a 1997, mostra que a educação não está somente relacionada com a renda dos indivíduos, mas também com as condições e com a busca por trabalho. O autor verifica que a taxa de desemprego médio no Brasil aumentou para todos os níveis educacionais, mas indivíduos com ensino fundamental e médio tem maior probabilidade relativa de estarem desempregados. Para aqueles que possuem nível superior completo, há menor probabilidade de não ter vínculo empregatício, obtendo um ganho de bem-estar, não somente em termos salariais como em termos de colocação no mercado

de trabalho. Uma vez que o primeiro grupo citado, cuja parcela mais cresceu, está enfrentando problemas crescentes nestas duas frentes.

Barros *et. al.* (1997) argumentam que o problema de geração de empregos no Brasil parece estar menos relacionado com a quantidade de postos de trabalho gerados e mais com a qualidade dos mesmos. Utilizando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1993, o artigo encontra que indivíduos com nível superior completo tem baixa rotatividade e uma baixa probabilidade de entrada no desemprego. Apesar disto, apresentam um período maior de desemprego quando comparados a outros grupos educacionais, com uma duração aproximada de sete a dez meses.

Este efeito da escolaridade sobre a empregabilidade do trabalhador brasileiro tem se tornado cada vez mais importante, principalmente após a abertura comercial implementada no início dos anos noventa do século passado. Tal processo formava parte da política do Governo de abrir o país ao mundo como uma saída da recessão, que posteriormente também incluiria a primeira parte do processo de privatizações do país. Isso expôs a indústria nacional a uma forte concorrência externa, levando as empresas a adotarem uma série de medidas de gestão da mão de obra e aumento da intensidade tecnológica em suas plantas – Matesco e Lavinias (1996) e Kume *et. al.* (2003).

Maia (2001), fornecendo evidências sobre a mudança na demanda por trabalho qualificado, examina o impacto da liberalização comercial, da mudança tecnológica e da demanda final na estrutura de emprego por nível de qualificação no Brasil nos anos de 1985 a 1995 e constata que o processo de liberalização contribuiu com uma mudança na estrutura do emprego por qualificação, beneficiando aquele trabalhador mais escolarizado. O artigo mostra, com a PNAD e as matrizes de insumo-produto do IBGE, que o principal causador dos ganhos de produtividade no país foi a liberalização comercial, por meio da mudança tecnológica que motivou o mercado a exigir uma mão de obra mais qualificada.

Menezes-Filho e Rodrigues-Jr (2003), também encontram evidências de uma maior demanda por trabalho qualificado devido às mudanças na tecnologia manufatureira brasileira nas últimas duas décadas. Utilizando a intensidade de P&D como *proxy* para o progresso técnico, os autores mostram uma complementaridade entre tecnologia e trabalho qualificado. De acordo com o artigo, a maior demanda por qualificação estaria associada a modificações no padrão tecnológico vigente, em que os choques tecnológicos seriam enviesados para o fator trabalho qualificado, o que aumentaria sua demanda em relação ao trabalho de mais baixa escolaridade.

Moraes e Branchi (2010) estudam o comportamento dos trabalhadores mais qualificados entre 2002 e 2008, analisando sua trajetória ocupacional para entender como reagiram ao aumento da flexibilização do mercado de trabalho. Os autores utilizam a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a região metropolitana de Campinas, São Paulo e o Brasil como um todo, levando em consideração o aspecto do nível de escolaridade como *proxy* da qualificação do trabalhador. Os dados permitem observar que trabalhadores com ensino superior incompleto ou completo tiveram aumentos participativos no total de postos formais. Entretanto, quando se analisa o Brasil por inteiro percebe-se que o grupo de trabalhadores com até nível médio completo foi mais reempregado do que se analisado somente as duas regiões metropolitanas observadas no trabalho.

Remy *et. al.* (2011), também analisando o perfil das vagas de empregos formais criadas os anos de 2000 a 2008, a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – MTE, observam que os indivíduos mais propensos a serem demitidos e/ou não admitidos são aqueles que possuem menor escolaridade. Os resultados indicam que o mercado de trabalho torna-se mais exigente em relação ao nível de instrução médio a cada ano. Entretanto, da mesma forma que a demanda por pessoas com baixos níveis é reduzida, trabalhadores altamente qualificados também não encontram vagas na estrutura produtiva brasileira. O artigo conclui que a estrutura produtiva brasileira gerou 89% de empregos líquidos no período para pessoas com oitava série completa até o segundo grau completo. Foram produzidos 8,5% de empregos para nível superior e 6,1% para nível superior incompleto, em relação ao total de vagas criadas no período. A tendência ao longo do período foi aumentar a participação do segmento com segundo grau completo.

Em síntese, as evidências empíricas mostram que a educação ainda contribui de maneira significativa para a remuneração dos trabalhadores, apesar da queda observada em seu rendimento marginal. Além disso, principalmente depois da década de noventa, notadamente após o processo de liberalização comercial, aumentou a demanda por trabalhadores mais qualificados. Com a maior exigência, a sociedade tem investido cada vez mais em educação, porém não é possível afirmar que todos os indivíduos com maior escolaridade serão ocupados em profissões correspondentes à sua formação, como pode ser visto na seção seguinte que apresenta estudos sobre trabalhadores com alta escolaridade em cargos antes ocupados por trabalhadores com baixa qualificação.

2.2. Indivíduos com maior escolaridade em ocupações sobre qualificadas

Conforme dito na seção anterior, trabalhadores com nível superior tem maiores rendimentos que aqueles que não possuem tal escolaridade e, além disso, este grupo tem sido mais requerido pelo mercado de trabalho do que o segundo. Apesar dessa maior exigência, existem evidências de que trabalhadores com maior qualificação nem sempre conseguem alguma ocupação de acordo com sua formação, estando, então, em empregos que exigem menor quantidade de anos de estudo. Desta forma, esta seção se dedica a apresentar estudos para o caso brasileiro que analisam a inserção de indivíduos com elevada escolaridade em atividades que antes eram ocupadas por uma mão de obra menos qualificada.

Letelier (1999), por exemplo, tentando situar a relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho em um período marcado pelo impacto de importantes transformações produtivas (1988 e 1995) no Brasil e no Chile, mostra que o nível de escolaridade dos trabalhadores tem, cada vez mais, menor incidência em sua remuneração. O artigo utiliza dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e da *Encuesta Nacional de Empleo* (ENE) para demonstrar que a mão de obra precisa de maiores graus de escolaridade, não porque sejam necessários para desempenhar as funções demandadas pelo mercado, mas para competir por melhores condições de emprego. Desta forma, a escolaridade se torna um fator de competição no mercado de trabalho dentro do próprio país.

A autora conclui que as mudanças na estrutura do mercado de trabalho não estão acompanhando a expansão da escolaridade. A análise mostra que, de um lado, o setor industrial tem apresentado queda de participação na geração de empregos e que a força de trabalho tem estudado mais. Porém, de outro lado, esta mesma mão-de-obra não tem encontrado melhores postos de trabalho. Desta maneira, vê-se que a sociedade está investindo mais em educação, entretanto não está gerando novos postos de trabalho com melhor qualidade e produtividade. Além disso, como o mercado não consegue absorver toda a oferta de mão de obra mais qualificada, muitos jovens acabam desempregados ou encontrando empregos que fornecem baixa renda, o que pode desestimular a entrada no mercado diante o esforço educacional.

Machado *et. al.* (2003) servindo-se dos dados da PNAD de 1981 a 2001, considerando indivíduos entre 21 e 65 anos de idade, apresentam evidências que apontam para uma tendência de pessoas mais qualificadas estarem empregadas em ocupações que antes eram ocupadas por trabalhadores com um nível mais baixo de educação. Para as autoras, esta tendência pode ser dar de duas formas, via subutilização da mão de obra ou por meio do aumento da qualificação da mesma.

O primeiro argumento parte do fato de que uma crescente oferta de pessoas mais escolarizadas não está sendo absorvida pelo mercado e estas são forçadas a se inserir em uma ocupação que requer menos habilidades do que as obtidas. Quando os indivíduos aceitam empregos abaixo de seu nível educacional, passam a competir com o trabalho qualificado para níveis mais baixos e, como consequência, os menos educados também são forçados a aceitar ocupações abaixo do seu nível de qualificação, ou mesmo se tornam desempregados. Isto ilustra uma oferta excedente de trabalhadores mais escolarizados e sugere a subutilização de suas habilidades.

O segundo argumento analisa esta situação como um *upgrading* ou elevação do nível de qualificação da força de trabalho, ou seja, um aumento das exigências de requisitos educacionais pelas ocupações ao longo do tempo. Embora suas implicações para políticas sejam diferentes, ambas as visões de subutilização ou *upgrading* compartilham uma perspectiva pessimista para trabalhadores menos qualificados.

Monsueto (2006) verifica que uma parte considerável de pessoas com diploma de nível superior está sendo absorvida por setores em que a qualificação necessária para exercê-lo é inferior à demandada. O autor aplica um modelo para analisar os determinantes da probabilidade de se observar um trabalhador empregado em uma ocupação sobre qualificada, ou seja, uma ocupação em que o indivíduo possui uma escolaridade maior que a demandada pelo cargo. Pelo modelo aplicado utilizando os dados da PNAD de 1992 a 2001, observa-se que o problema é mais intenso entre mulheres e entre trabalhadores não sindicalizados. Adicionalmente, a presença de maior oferta de trabalhadores com maiores níveis educacionais penaliza os indivíduos residentes na região de SP, quando comparada às outras regiões estudadas no artigo, quais sejam Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Lima e Abdal (2007), com o objetivo de qualificar de que forma a conclusão do ensino superior atua na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, verificam que pessoas com mais anos de estudo têm aumentado sua participação na força de trabalho. Os autores concluem que, como o mercado tem exigido maior escolaridade, os trabalhadores têm investido mais em educação. Ainda assim, a mão de obra não pode assumir que a demanda por mais qualificação continuará crescendo de forma a empregar as pessoas de acordo com nível escolar, posto que os empregadores têm alocado candidatos com maior escolaridade em ocupações que não necessitam desta capacidade. A análise da RAIS – MTE 1995-2002 e da PNAD 2004 revela que, embora as empresas estejam exigindo maior qualificação, os postos de trabalho não têm

sido correspondentes às qualificações exigidas. Desta forma, tem se tornado comum que trabalhadores mais qualificados estejam em ocupações que não exigem de fato tal característica.

Mais recentemente, Reis e Machado (2013) mostram que pode ocorrer um desajuste entre a formação do trabalhador e a ocupação. O trabalho encontra que a probabilidade do trabalhador ter uma ocupação diretamente relacionada com a sua formação é maior em quase todas as áreas em comparação com os que possuem formação na área de educação (apenas 16 % das pessoas com formação na área de educação tem ocupação diretamente relacionada com cursos nessa área), mantendo os demais fatores constantes. A única exceção nessa tendência é a área de Humanidades e Artes. Os desajustes são menores para os trabalhadores ligados à área de saúde. No tocante ao efeito do desajuste da formação à ocupação, os autores encontram que os indivíduos em ocupações diretamente relacionadas com a área de formação ganham um prêmio de 11%. Os prêmios estimados para os que possuem ocupação diretamente relacionada com a área de formação são iguais a 5% para os homens e 14% para as mulheres.

O Quadro 01 sintetiza as principais conclusões obtidas pelos artigos analisados neste capítulo de revisão. De maneira geral, pode-se afirmar que os indivíduos com nível superior têm níveis salariais maiores, quando comparados aos trabalhadores com menor escolaridade ou nenhuma. Além disso, a participação de trabalhadores com maior qualificação na força de trabalho tem aumentado no decorrer dos anos. Por outro lado, existem evidências de que o mercado de trabalho não tem conseguido absorver de maneira adequada a crescente participação da mão de obra mais qualificada no Brasil. Parece existir uma demanda maior por qualificação em setores ou ocupações que poderiam trabalhar com estoque menor de trabalhadores super qualificados. Desta forma, pode-se trabalhar com a hipótese de que existe uma subutilização de trabalhadores qualificados nos moldes como propõe o trabalho de Machado *et. al.* (2003).

Com isso, parece relevante analisar como a mão de obra mais qualificada no país está inserida dentro do mercado de trabalho e qual a proporção de trabalhadores deste grupo está corretamente distribuída entre as ocupações segundo a necessidade requerida de qualificação. Este constitui um dos objetivos do presente artigo que, além disso, apresenta um modelo para buscar alguns dos determinantes de se observar um trabalhador super qualificado em situação de subutilização, ou seja, ocupado em uma atividade cujo requerimento técnico está aquém de sua qualificação.

A próxima seção apresenta a metodologia e a base de dados empregada nesta análise.

Quadro 01. Síntese dos trabalhos empíricos

AUTORES	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
Barros, Camargo e Mendonça (1997).	-Baixa probabilidade de indivíduos com nível superior entrarem no desemprego; -Baixa probabilidade de indivíduos com nível superior saírem do desemprego;
Menezes-Filho (2001); Maia (2001); Menezes-Filho e Rodrigues Jr. (2003); Moraes e Branchi (2010); Remy, Queiroz e Filho (2011).	-A abertura comercial internacional motivou o aumento da demanda por mão de obra qualificada; -A sociedade tem investido mais em educação;
Letelier (1999); Machado, Oliveira e Carvalho (2003); Monsueto (2006); Lima e Abdal (2007); Reis e Machado (2013).	-Indivíduos com nível superior tem sido absorvidos por ocupações de menor qualificação; -Indivíduos com nível superior tem maior rendimento quando comparados aos com menor qualificação, porém ocorre desajuste entre a formação do trabalhador e a ocupação dele.

Fonte: Elaboração Própria.

3. METODOLOGIA

Esta seção se dedica a apresentar a amostra de dados utilizados. Além disso, é apresentado o modelo econométrico empregado para verificar a probabilidade de algum indivíduo estar em alguma ocupação sobre qualificada, ou seja, que a função no emprego não esteja de acordo com o nível educacional obtido pelo trabalhador.

3.1. Base de dados

A fonte de dados empregada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), aplicada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com exceção de anos em que se realizam os Censos Demográficos. A amostra inclui aproximadamente 300.000 indivíduos e 100.000 domicílios cada ano, com o objetivo de investigar diversas características sócio econômicas da população, tais como condições de vida e de trabalho, grau de escolaridade e situação familiar. No presente estudo são utilizados dados referentes a população economicamente ativa (PEA) na semana quando a pesquisa é implementada, com idade entre 20 e 65 anos e residentes em seis regiões metropolitanas do Brasil (Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). São considerados indivíduos com título universitário aqueles que declaram ter 15 anos ou mais de estudo. O período investigado está compreendido para os anos de 2002 e 2012.

Com o objetivo de analisar a existência de descompasso entre trabalho e educação, as ocupações dos indivíduos são classificadas segundo Jannuzzi (2000), fundamentada no status socioeconômico que a ocupação oferece e que permite hierarquizar as atividades de acordo com seu “prêmio social”, ou segundo o modo como a sociedade valoriza cada tipo de trabalho. Partindo de indicadores de salário e de nível educacional de cada ocupação, o autor propõe a divisão das ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), como mostra a Quadro 2.

Quadro 2. Categorias socioeconômicas e ocupações típicas

Categoria Socioeconômica	Algumas Ocupações Típicas
1. Alta	- Ocupações de mais elevada remuneração e qualificação: Médico, Engenheiro, Professor Universitário, Gerentes, etc.
2. Média – Alta	- “Pequena burguesia” ou técnicos qualificados: Técnicos em contabilidade e administração, Mestres na indústria, Professores do ensino fundamental e médio.
3. Média	- Elevada rotatividade e importante precariedade: Encanadores, Mecânicos, Montadores de equipamentos elétricos, Operadores de Caixa.
4. Média – Baixa	- A classe operária: Ocupações na indústria de alimentos, Ocupações na indústria têxtil, Pedreiros, Pintores, Garçons.
5. Baixa	- Postos de trabalho de elevada precariedade: Ocupações urbanas de baixo status, como Auxiliar de pedreiro, Lavadeira, Empregado Doméstico e Catadores de Lixo.

Fonte: Jannuzzi (2000).

Esta classificação não se refere a uma escala de “prestígio ocupacional”, mas sim a uma escala de condição socioeconômica. Considerando que a inserção ocupacional é uma das principais fontes de remuneração e que o modo como ocorre esta inserção determina o horizonte de oportunidades do indivíduo, se pode dizer que estas categorias socioeconômicas representam um quadro da estrutura social do país e das diferenças na posição socioeconômica das ocupações de seus trabalhadores. Como pode ser observado pelo quadro anterior, a categoria Alta tende a concentrar os indivíduos com nível superior completo pela natureza de suas atividades. Sendo assim, é esperado que trabalhadores com quinze anos ou mais de estudo estejam ocupados nesta categoria. Nos demais casos é possível considerar a existência de subutilização desta mão de obra mais qualificada.

3.2. Determinando a probabilidade de entrar em situação de subemprego

Para analisar como determinados fatores influenciam a probabilidade de um trabalhador estar empregado em uma ocupação de categoria inferior a Alta é aplicado um modelo *Probit* para escolha binária, com variável dependente y_i que assume os valores:

$y_i = 1$; se o indivíduo está empregado em uma ocupação das categorias Média Alta, Média, Média Baixa e Baixa;

$y_i = 0$; se o indivíduo está empregado em uma ocupação da categoria Alta;

Ou seja, a variável assume valor 1 se o indivíduo estiver ocupado em uma atividade com requisitos inferiores à sua formação universitária, identificando a subutilização. Como variáveis independentes utilizadas para explicar a probabilidade de subutilização, é aplicado um conjunto de fatores que representam as características dos indivíduos e do próprio mercado de trabalho. A equação a ser estimada é dada por:

$$P(y_i = 1) = \beta_1 + \beta_2 \text{sexo} + \beta_3 \text{cor} + \beta_4 \text{idade} + \beta_5 \text{idinicial} + \beta_6 \text{posocup} + \beta_7 \text{sindicato} + \beta_8 \text{uf} + \beta_9 \text{ano} + \mu \quad (1)$$

onde *sexo* é uma *dummy* para identificar os homens; *cor* tem valor 1 para brancos e 0 para não brancos; *idade* é a idade informada do indivíduo; *idinicial* é a idade que o indivíduo começou a trabalhar; *posocup* é um conjunto de três *dummies* que identificam a posição na ocupação (empregado com carteira, empregado sem carteira e trabalhador por conta própria); *sindicato* é uma binária de valor 1 se o indivíduo participa de algum sindicato e 0 para o contrário; *uf* é o conjunto de *dummies* que representam cada uma das seis regiões metropolitanas investigadas; e *ano* é uma *dummy* de valor 1 se for ano de 2012 e 0 se for 2002.

Buscando estimações consistentes, se optou empregar um modelo *Probit* com correção de viés de seleção, pelo fato da amostra conter somente indivíduos empregados (Heckman, 1979). Desta forma, as estimações são feitas em duas etapas. Na primeira é estimada a probabilidade do indivíduo participar da PEA ocupada e, na segunda, é estimada a probabilidade do indivíduo estar subocupado, incorporando como regressor o termo de seleção (inverso da razão de Mills). O primeiro *Probit* (denominado de equação de seleção) é estimado em função das mesmas variáveis já mencionadas, com exceção da idade inicial, da posição na ocupação e do sindicato. Também é adicionada uma variável de condição na família que assume valor 1 se o indivíduo é chefe de família e 0 em caso contrário. O segundo *Probit* é estimado

em função das variáveis independentes apresentadas no início da seção somada à razão inversa de Mills. Deste modo, os modelos a serem estimados ficam determinados por:

$$P(\text{empregado}) = \beta_1 + \beta_2 \text{sexo} + \beta_3 \text{cor} + \beta_4 \text{idade} + \beta_5 \text{uf} + \beta_6 \text{ano} + \beta_7 \text{chefe} + \mu \quad (2)$$

onde *empregado* é a variável dependente binária que assume valor 1 se o indivíduo está empregado e zero em caso contrário; *sexo*; *cor*; *idade*; *uf*; *ano* são definidos como anteriormente; *chefe* é uma *dummy* para condição na família que assume valor 1 se o indivíduo é chefe de família e 0, em caso contrário.

A próxima seção apresenta e discute os resultados obtidos. As regressões foram estimadas com desvios padrão robustos à heterocedasticidade com o auxílio do pacote Stata 11.

4. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos por meio dos modelos explicados na seção anterior. O primeiro se refere à probabilidade de algum indivíduo estar empregado e o segundo exhibe a probabilidade de um trabalhador estar em uma ocupação que não necessita da capacidade técnica deste indivíduo. Primeiramente, é mostrado uma análise descritiva e, então, é exposto os resultados econométricos.

A análise pode ser iniciada com a observação da forma como os trabalhadores estão distribuídos segundo características como gênero, cor e posição na ocupação. Para tanto, a Tabela 01 apresenta estes dados para os anos de 2002 e 2012, em que é possível identificar que a participação de mulheres e a de não brancos na amostra de trabalhadores com mais elevado nível de qualificação aumentou no decorrer do período. Tal fenômeno pode ser explicado, provavelmente, pela universalização do ensino fundamental nos anos noventa. Apesar disto, os indivíduos brancos ainda são grande maioria entre os trabalhadores com qualificação de nível superior. Por fim, a tabela mostra que a queda da informalidade³ também atingiu os mais qualificados. Deste modo, vê-se que há mais super escolarizados formais, do que informais e profissionais por conta própria.

³ Para mais detalhes sobre a queda da informalidade em anos recentes consultar, por exemplo, Cardoso (2007).

Tabela 01. Distribuição dos trabalhadores segundo as variáveis selecionadas (%)

	2002	2012	Total
Homens	44,70	44,49	44,58
Mulheres	55,30	55,51	55,42
Branços	80,98	70,77	74,94
Não Brancos	19,02	29,23	25,06
Formais	70,24	73,75	72,32
Informais	13,08	10,70	11,67
Conta Própria	16,68	15,55	16,01

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A Tabela 02 abaixo, mostra a taxa de desemprego e a taxa de subutilização, de acordo com gênero no período de análise. Como pode ser visto, a taxa de desemprego para os trabalhadores super qualificados tem decaído ao longo deste período, sendo que a queda é maior para homens do que para mulheres. Em termos gerais, é possível afirmar que cerca de 50% da mão de obra metropolitana com educação superior está ocupada em uma atividade fora da categoria superior. Um fato interessante, é que o percentual de subutilização também tem decaído no período, porém apenas para o caso feminino. Este resultado mostra que apesar das mulheres terem maior participação nas categorias que apresentam incompatibilidade entre estudo e trabalho, este percentual tem sido reduzido ao longo desta década. Em contrapartida, observa-se que, em geral, existe um aumento na porcentagem de trabalhadores com nível de escolaridade superior ocupados em atividades com necessidades técnicas inferiores, principalmente no caso de trabalhadores homens. Este resultado pode, à primeira vista, parecer contraditório quando considerado que a taxa de desemprego caiu no período, uma vez que dado o menor risco de desemprego se espera um maior poder de barganha do trabalhador para escolher sua ocupação.

Tabela 02. Taxa de desemprego e taxa de subocupação segundo gênero e ano (%)

	2002			2012		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
Desempregado	5,01	5,34	4,60	3,96	4,72	3,02
Subocupado	49,60	56,33	41,33	51,59	55,21	47,16

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Para melhor identificar como estão alocados os trabalhadores super qualificados, a Tabela 03 apresenta a distribuição destes indivíduos de acordo com as categorias descritas na seção de metodologia. No caso da análise, os trabalhadores que participam das categorias Médio-Alto, Médio, Médio-Baixo e Baixo, são classificados como subutilizados, uma vez que a amostra compreende uma mão de obra com ensino superior. As atividades do segmento mais alto compreendem ocupações que, por sua natureza, exigem trabalhadores de maior

qualificação, como por exemplo, engenheiros, médicos e advogados. Neste tipo de atividade, portanto, é esperado encontrar os indivíduos que concluíram seus estudos de nível superior. Por outro lado, a categoria seguinte, Média-Alto, agrupa ocupações que exigem uma qualificação de fato alta, porém não de nível superior, em termos de estudo formal, como técnicos em contabilidade e administração, além de professores de ensino fundamental. A próxima categoria apresenta empregos que necessitam basicamente de ensino fundamental completo, tais como operadores de caixa e mecânicos. O grupo de ocupações Médio-Baixo abrange aqueles trabalhos que necessitam de pouca qualificação formal e a última seriam aqueles com nenhuma ou quase nenhuma escolaridade. Por meio destes dados é possível constatar que indivíduos do gênero feminino estão em maior porcentagem nas categorias definidas como subocupação, ou seja, abaixo da categoria Alta, sendo que aqueles do gênero masculino estão em maioria na categoria compatível.

Tabela 03. Distribuição dos trabalhadores segundo categoria e gênero (%)

Categoria	Feminino	Masculino	Total
1- Alto	44,34	55,20	49,21
2- Médio-Alto	44,15	33,20	39,23
3- Médio	9,39	9,11	9,27
4- Médio-Baixo	1,79	2,33	2,03
5- Baixo	0,33	0,17	0,26
Total	100	100	100

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A Tabela 04 exhibe como estão distribuídos os indivíduos subutilizados em termos de gênero, cor, filiação sindical e posição familiar. Uma vez mais é observada queda na taxa de subocupação das mulheres entre os anos considerados. Da mesma forma, esta tabela também permite observar que é mais comum a subutilização da mão de obra não branca, não sindicalizada e de pessoas que não são chefes de família. Para as duas primeiras variáveis, a participação dos mesmos aumentou um pouco, enquanto que para a última variável, a porcentagem diminuiu, mas muito pouco.

Em síntese, os resultados descritos indicam que os subocupados se concentram mais em trabalhadores do gênero feminino, não brancos, sem filiação sindical e que não são chefes de família. Considerando toda a amostra, quase 50% dos trabalhadores com mais de 15 anos de estudo das regiões metropolitanas analisadas está em situação de subutilização. Na seção seguinte são apresentados os resultados econométricos baseados na metodologia apresentada neste trabalho.

Tabela 04. Taxa de subocupação segundo grupos selecionados. (%)

	2002	2012
Masculino	41,33	47,16
Feminino	56,33	55,21
Branco	47,30	48,03
Não Brancos	59,33	60,25
Sindicalizado	49,24	48,66
Não Sindicalizado	49,82	52,68
Chefe	45,00	48,64
Não Chefe	54,34	54,19

Fonte: Resultados da Pesquisa.

4.1. Resultados Econômicos

A Tabela 05 mostra os resultados referentes à equação 2, com os coeficientes estimados do modelo *probit* para a probabilidade de se observar um indivíduo de alta qualificação ocupado, tanto para o total da amostra como segmentada segundo gênero.

Tabela 05. Equação de probabilidade de estar empregado

	Total	Masculino	Feminino
Gênero	0,046 (0,05)		
Cor	-0,054 (0,05)	-0,216** (0,09)	0,039 (0,07)
Idade	0,013* (0,00)	0,010* (0,00)	0,014* (0,00)
Chefe	0,270* (0,05)	0,481* (0,07)	0,122** (0,06)
Recife	-0,113 (0,07)	-0,179 (0,11)	-0,083 (0,09)
Salvador	-0,233* (0,07)	-0,249** (0,12)	-0,210** (0,10)
Belo Horizonte	0,100 (0,08)	0,045 (0,12)	0,131 (0,10)
Rio de Janeiro	-0,077 (0,06)	-0,049 (0,10)	-0,100 (0,08)
Porto Alegre	0,128*** (0,07)	0,279** (0,12)	0,055 (0,09)
Ano = 2012	0,114* (0,04)	0,232* (0,07)	0,046 (0,06)
Constante	1,097* (0,11)	1,198* (0,16)	1,070* (0,13)
athrho	0,798* (0,19)	1,790 (2,88)	0,752** (0,29)
rho			
	(0,19)	(2,88)	(0,29)

*** p<0.10, **p<0.05, *p<0.01. Entre parênteses: Desvio Padrão Robusto. Fonte: Resultados da Pesquisa.

A binária de cor se mostra significativa apenas no modelo dos homens com coeficiente negativo, indicando uma maior probabilidade de emprego para trabalhadores do gênero masculino não brancos. Isso pode apontar que para os não brancos a super qualificação tem agido no sentido de colaborar para uma redução dos efeitos da discriminação por cor. Quanto às mulheres, não se observa diferença significativa com relação a cor para obtenção de emprego dentro do grupo analisado. No que tange a idade, percebe-se que quanto mais velho, maior a probabilidade de se estar empregado. Provavelmente este resultado está associado ao fato de que os indivíduos mais velhos normalmente têm mais experiência e conhecimento que os mais jovens.

Além disso, indivíduos que são chefes de família também tem mais chances de estarem ocupados. Os resultados mostram que há mais indivíduos empregados em 2012 do que em 2002 e que, em comparação a região metropolitana de São Paulo, residentes de Salvador tem menores chances de emprego e os de Porto Alegre tem maiores. A interpretação é a mesma em caso de indivíduos homens. Quanto às mulheres, a interpretação dos dados é a mesma apenas para as variáveis Idade, Chefe e Salvador. As demais variáveis não são significativas para o modelo.

Os resultados da equação de probabilidade de estar empregado podem ser utilizados para calcular a denominada Razão Inversa de Mills, que será acrescentada à equação objetivo do presente trabalho, ou seja, a determinação da probabilidade de que um trabalhador super qualificado se encontre empregado em uma ocupação abaixo de sua necessidade técnica. Desta forma, espera-se corrigir o problema de viés de seleção, como apontado em Heckman (1979). Os resultados são apresentados na Tabela 06 abaixo, também discriminados segundo gênero.

A primeira evidência é que mulheres tem maior probabilidade de estarem em ocupações diferentes da categoria Alta, como demonstra o sinal negativo e significativo da variável gênero, o que também é indicado na análise descritiva acima. Outra evidência é que trabalhadores não brancos e não sindicalizados também tem maiores chances de estarem em estado de subocupação, independente do gênero. Estes resultados corroboram com a análise feita por Monsueto (2006) para os anos 90.

Por meio da tabela, percebe-se que, em geral, quanto maior a idade maior é o risco de estar sobre qualificado, entretanto para o caso masculino o efeito é contrário, ou seja, quanto maior a idade menor a chance de estar em situação de subocupação. Contudo, os coeficientes estimados são relativamente baixos, o que permite, ao menos para o estudo proposto, negligenciar tal resultado e destacar o papel da idade inicial. Quanto mais prematura a entrada no mercado de trabalho, pior parece ser a inserção ocupacional da mão de obra super qualificada. No caso desta variável, apenas tem-se os números para o gênero feminino, pois o

sistema não calculou o modelo para o caso masculino devido a problemas de multicolinearidade.

Tabela 06. Equação de probabilidade de estar subocupado

	Total	Masculino	Feminino
Gênero	-0,303*		
	(0,03)		
Cor	-0,304*	-0,314*	-0,314*
	(0,03)	(0,04)	(0,04)
Idade	0,002***	-0,003***	0,009*
	(0,00)	(0,00)	(0,00)
Idade Inicial	-0,047*		-0,044*
	(0,00)		(0,00)
Contrato Informal	0,053	0,120**	-0,006
	(0,04)	(0,06)	(0,05)
Contrato Conta Própria	-0,140*	0,089***	-0,340*
	(0,03)	(0,05)	(0,05)
Sindicato	-0,070*	-0,064	-0,086**
	(0,03)	(0,04)	(0,04)
Recife	0,190*	0,101	0,171*
	(0,04)	(0,06)	(0,06)
Salvador	-0,087***	-0,213*	-0,087
	(0,05)	(0,07)	(0,06)
Belo Horizonte	0,041	-0,054	0,086
	(0,04)	(0,06)	(0,06)
Rio de Janeiro	0,073***	0,032	0,023
	(0,04)	(0,05)	(0,05)
Porto Alegre	0,116*	0,085	0,113**
	(0,04)	(0,06)	(0,05)
Ano = 2012	0,025	0,118*	-0,068***
	(0,03)	(0,04)	(0,03)
Constante	1,064*	0,111	0,842*
	(0,09)	(0,09)	(0,12)
Número de obs.	10917	4866	6051
Chi2			
Prob>Chi2	0,00	0,00	0,00
rho	0,66	0,95	0,64
chi2_c	18,48	0,39	6,53

*** p<0.10, **p<0.05, *p<0.01. Entre parênteses: Desvio Padrão Robusto

Fonte: Resultados da Pesquisa

Comparando com indivíduos que tem contrato de trabalho formal, os homens informais tem maior probabilidade de estarem subocupados, indicando um fator de proteção da carteira de trabalho assinada. Com relação a forma de trabalho por Conta Própria, os resultados são divergentes para homens e mulheres. No caso das mulheres mais do que a carteira de trabalho, as opções de ocupação por conta própria parecem ser o caminho utilizado para exercer as suas atividades em setores onde a qualificação será corretamente utilizada.

Analisando a região de residência, exceto para o caso de Salvador e Belo Horizonte, residir fora de São Paulo aumenta as chances de estar subutilizado. Aqueles da região de Salvador têm menor probabilidade de estar nesta situação e os resultados da região de Belo Horizonte não apresentaram significância estatística. Além disso, o ano de 2012 tem mais indivíduos sobre qualificados que o ano de 2002.

De modo geral, é possível dizer que o problema da má utilização de mão de obra com educação superior é um fenômeno que afeta principalmente mulheres, não brancos e não sindicalizados. Ademais, aqueles que iniciam a vida trabalhista muito cedo também entram nesta situação. Um fato interessante sobre esta análise, é que viver na região metropolitana de São Paulo, de acordo com Monsueto (2006) penaliza os indivíduos com nível superior. Os resultados apresentados mostram que para a última década, a escolha de viver nesta região não é mais penalizada. Na verdade, em comparação a este local, viver em Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre aumenta o risco de subocupação.

De qualquer forma, o que se percebe é que a oferta de mão de obra qualificada tem aumentado no Brasil e o mercado de trabalho não tem conseguido absorver este crescimento, conforme dito em Letelier (1999) e Machado *et. al.* (2003).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho brasileiro tem sido muito estudado e, nas últimas décadas, um esforço maior tem sido empregado para entender as relações entre a maior qualificação da mão de obra e o mercado. Assim, este artigo tem a intenção de analisar a subocupação existente entre os indivíduos com ensino superior no Brasil metropolitano para os anos de 2002 e 2012, por meio dos dados da PNAD. A conclusão a que se pode chegar é que entre esta mão de obra existem trabalhadores alocados em ocupações que são incompatíveis com seu nível educacional. Por meio dos resultados encontrados, é visto que, aproximadamente, 50% da população com ensino superior neste período está em situação de sobre qualificação.

O problema da má utilização da capacidade adquirida na carreira estudantil pesa, principalmente, entre as mulheres, trabalhadores não brancos e os que não são sindicalizados. Aqueles indivíduos que iniciam sua vida empregatícia de forma precoce também participam do grupo com maior probabilidade entrada no subemprego. Trabalhadores com contrato trabalhista formal tem menores chances de estar em situação de descompasso entre educação e emprego. Enfim, entre os trabalhadores com nível superior residentes na região metropolitana de São Paulo existe maior probabilidade de sobre qualificação, quando comparado a região de

Salvador. Apesar disto, as regiões de Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentam maiores chances de subemprego quando comparados a região metropolitana de São Paulo.

Por fim, esta investigação não abrange todos os pontos deste tema. Isto posto, mostra-se oportuno realizar uma análise mais aprofundada sobre o assunto capaz de considerar aspectos que não foram observados nos dados aqui descritos, como, por exemplo, investigar sobre a queda na taxa de desemprego e, ainda assim, aumento na taxa de subemprego. Ademais, vale aumentar a amostra deste estudo para todo o Brasil e verificar se os resultados se mantêm para o país como um todo. Além disso, investigar se a análise varia em relação à área de qualificação do indivíduo é um estudo interessante, podendo apresentar resultados que mostre menor subemprego entre as diversas áreas do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ricardo P.; CAMARGO, José M.; MENDONÇA, Rosane. A estrutura do desemprego no Brasil. *IPEA*, Rio de Janeiro, 1997, 31p. (TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 478).

BORJAS, George. **Economia do Trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. p. 256-311.

CASTRO, C. M.; CASTRO, M. H. M.; LEITE, E. M. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 121-228. cap. 3.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. 404p.

HECKMAN, J. (1979): Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, *Econometric Society*: vol. 47, nº 01, p.153-61, jan. 1979.

JANNUZZI, Paulo de M. Status Socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 1990. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 61, n 216, p. 47-74, jul./dez. 2000.

KUME, Honório; PIANI, Guida; SOUZA, Carlos F. B de. A política brasileira de importação no período 1987-1998, p. 9-37. In: Corseiul, C.; Kume, H. (org.). A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

LETELIER G. Maria E. Escolaridade e Inserção no mercado de trabalho. *Cadernos de pesquisa*: Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº 107, p. 133-148, jul. 1999.

LIMA, Márcia; ABDAL, Alexandre. Educação e Trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 09, nº 17, p. 216-238, jan./jun. 2007.

MACHADO, Ana F.; OLIVEIRA, Ana M. H. C.; CARVALHO, Nayara F. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. *CEDEPLAR/UFMG*, Belo Horizonte, 2003, 21p. (TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 218).

MAIA, Katy. O impacto do comércio internacional, da mudança tecnológica e da demanda final na estrutura de emprego por nível de qualificação no Brasil, 1985-1995. In: Encontro Nacional de Economia, 29, 2001, Bahia. *Anais...* Bahia: ANPEC, 2001, p. 01-21.

MATESCO, Virene R. LAVINAS, Lena. A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho, por gênero. IPEA, Brasília, 2003, 42p. (TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 400).

MENEZES-FILHO, Naércio A. A evolução no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. *Departamento de Economia USP*, São Paulo, 2001. 43p.

MENEZES-FILHO, Naércio A.; RODRIGUES JR, Mauro. Tecnologia e Demanda por Qualificação na Indústria Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 57, nº 3, p. 569-603, jul./set. 2003.

MONSUETO, Sandro E. Demanda por cualificación y sub-empleo en Brasil: un análisis de los trabajadores con educación superior. In: Jornadas de Economía Crítica, 10, 2006, Barcelona: Economía Crítica, 2006, p. 01-27.

MORAES, Leonardo S.; BRANCHI, Bruna A. Mobilidade Setorial e Diferenças de Escolaridade no Mercado de Trabalho. In: Encontro de Iniciação Científica da PUC, 15, 2010, Campinas. *Anais...* Campinas: PUC, 2010, p. 01-03.

REIS, Maurício C.; MACHADO, Danielle C. Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior por área de formação. In: Encontro Nacional de Economia, 41, 2013,Paraná.*Anais...* Paraná: ANPEC, 2013, p. 01-20.

REMY, Maria A. P. de A.; QUEIROZ, Silvana N. de; FILHO, Luís A. da S. Evolução Recente do Emprego Formal no Brasil: 2000-2008. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, Curitiba, v. 10, nº 1, p. 57-78, jan./jun. 2011.

SOUSA, Fernando J. P. de. Evolução das Disparidades Regionais no Brasil 1950-2008: análise com base no GTDN. In: MORETTO, Amilton; KREIN, José D.; POCHMANN, Marcio; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). *Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. p. 223-258.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof. Sérgio Barroca

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof^ª. Priscila Casari

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
Caixa Postal 131, CEP 74001-970, Goiânia
– GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/economia>

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG
Coordenação e Equipe de Editoração**

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Barbara Christina Carrijo

Adriana Moura Guimarães

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Colaborador Externo

Prof. Luciano Martins Costa Póvoa –
Senado Federal